

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Gostaria antes do mais de agradecer o trabalho da minha antecessora na direcção do ITIJ, a Eng Júlia Ladeira, e em particular agradecer a disponibilidade e colaboração demonstradas na inevitável passagem de pastas.

Não estarão com toda a certeza mais surpreendidos do que eu com a escolha da minha pessoa para o desempenho das funções que me são agora confiadas. A minha primeira reacção foi a de perguntar se não haveria alguém com um perfil mais “institucional” para o desempenho do cargo; “institucionalidade” não é, claramente, um dos meus pontos fortes. Não obstante o facto de ser filho de funcionários públicos, estava bem longe de considerar como opção o serviço público, como o demonstram os últimos 15 anos de trabalho nas áreas das tecnologias, inovação e empreendedorismo no âmbito privado.

Aceitei este desafio não só porque achei que a minha experiência em novas tecnologias e processos de inovação poderia contribuir para levar a cabo mudanças desejadas na Justiça em Portugal, mas acima de tudo porque, apesar de ser defensor de um Estado menor e menos interventivo, considero que há uma função da qual o Estado não se pode divorciar: a de funcionar como um Estado de Direito e de ter um sistema de Justiça eficiente e eficaz. Essa é a tarefa fundamental de qualquer Governo, a sua tarefa mais básica e a única justificação moral para a sua necessidade e existência.

Não dou com certeza novidade nenhuma aos presentes ao referir que Portugal e os Portugueses não estão satisfeitos com a Justiça que têm. Escuso-me por isso a desfiar aqui estatísticas recentes publicadas nos vários meios de comunicação social. Todos conhecemos com certeza o recente Relatório sobre os Sistemas Judiciais Europeus, da responsabilidade da Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (CEPEJ). A alguns indicadores positivos quanto à disponibilidade de recursos, juntam-se muitos indicadores negativos quanto ao eficiente uso desses mesmos recursos em Portugal.

Como referiu o Sr. Primeiro Ministro no seu último debate mensal na Assembleia da República, e passo a citar “ninguém pode hoje duvidar de que as ineficiências do nosso sistema de justiça constituem um factor sério de bloqueio ao desenvolvimento do País” (fim de citação). Algo tem, portanto, que mudar.

Sou obviamente suspeito quando acho e defendo que as novas tecnologias, e em particular as tecnologias de informação, podem ajudar nesta tarefa de mudança. Não pela tecnologia em si e *per si*, mas pelo uso que as pessoas e as organizações dela fazem e as mudanças e produtividade que com ela podem obter. Não se julgue que se pode realizar em Portugal um choque tecnológico unicamente à custa da introdução da tecnologia, divorciada das pessoas, das organizações e dos processos. É este o desafio que se nos coloca a todos aqui presentes e no qual decidi participar.

O ITIJ irá nos próximos 3 anos procurar contribuir para o cumprimento do programa do Governo na área da Justiça.

Em primeiro lugar no que diz respeito à desmaterialização dos processos e à eliminação de burocracia e actos inúteis. Procuraremos escolher e implementar

tecnologias que facilitem a relação do cidadão com a Justiça e que facilitem e tornem mais eficiente o trabalho dos profissionais da Justiça.

Em segundo lugar no que diz respeito à inovação tecnológica na Justiça, procurando com o uso de novas tecnologias ajudar os profissionais da Justiça a prestar serviços mais qualificados, cómodos e céleres e ajudar o Ministério e o Governo a obter reduções de custos tão importantes nesta altura de contenções orçamentais.

Não pretendemos fazer mudanças sozinhos. Repito e reitero que é absurdo considerar a tecnologia como solução para todo e qualquer problema. Implementar soluções tecnológicas sem ter em linha de conta as pessoas, os processos e as organizações é uma receita para o fracasso. Eu e os meus colegas do Conselho Directivo do ITIJ que agora toma posse, temos como prioridade colaborar com os vários intervenientes no sistema de Justiça em Portugal e contamos com a sua ajuda e colaboração para que lhes possamos prestar o nível de serviço que precisam, ambicionam e merecem. Queremos fazer isso também através da criação de um ITIJ com autonomia financeira, com competências técnicas e humanas e com um espírito de serviço aos colegas do Ministério da Justiça. Contamos por isso também com a ajuda dos nossos novos colegas de trabalho.

Sabemos que a agenda de trabalhos que temos é complexa e intensa. Sabemos que teremos muito que aprender. Acreditamos no entanto que temos capacidade para essas responsabilidades e capacidade para decidir e actuar quando for altura de decisões e acções. Não aceitaremos fazer parte do problema; pretendemos fazer parte da solução. E esperamos estar à altura das necessidades, expectativas e exigências. Faremos com certeza o nosso melhor para não vos desiludir.